

Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Serafina Corrêa/RS

PARECER JURÍDICO nº 075/2022

Encaminhado o expediente para confecção de parecer jurídico sobre a seguinte Matéria/ Ementa: Projeto de Lei nº 064/2022 que “Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar valores ao HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO e dá outras providências.

I RELATÓRIO

Busca o Poder Executivo, através do presente Projeto de Lei, autorização para repassar ao HOSPITAL NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, inscrito no CNPJ sob o nº 90.397.167.0001-20, o valor total de R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), mediante formalização de Termo de Convênio, para ser aplicado em reformas de infraestrutura e adequações físicas do setor de centro cirúrgico do Hospital Nossa Senhora do Rosário.

Os recursos são oriundos da Emenda Impositiva nº 10, de autoria dos Vereadores Francisco Bernardo Mezzomo, Gilmar Facco, José Carlos Betinardi e Lídio Francisco Oldoni, nos termos da Lei Municipal nº 3.972/2021.

II FUNDAMENTAÇÃO

Consoante art. 10 da LOM, compete ao Município prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições: legislar sobre assuntos de interesse local, bem como prestar assistência, nas emergências médico hospitalares de pronto socorro, por seus próprios serviços ou mediante convênio ou contrato com instituição especializada.

É no mesmo sentido os artigos 23, II e 30, I e VII da Constituição Federal, oportunidade que confere aos Municípios competência para legislar sobre assuntos locais, cuidar da saúde e prestar serviços de atendimento à saúde da população. Ainda, conforme art. 196, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Outrossim, o art. 199, § 1º da CF/88, autoriza as instituições privadas, preferencialmente, as filantrópicas participem de forma complementar na assistência à saúde, mediante contrato de direito público ou convênio.

Por fim, o presente projeto de lei veio acompanhado dos documentos exigidos no art. 116 da Lei 8666/93.

III – CONCLUSÃO

Em conclusão, considerando todo o exposto, opina-se que o Projeto de Lei nº 075,

Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Serafina Corrêa/RS

de 2022, possui conteúdo materialmente viável para seguir os trâmites do seu processo legislativo até deliberação de mérito do Plenário desta Câmara Municipal.

É o parecer que se emite

Serafina Corrêa, 14 de junho de 2022



Camila Dots Gasparotto

OAB/RS 98969

Assessora Jurídica